

GEOPOLÍTICA DAS DROGAS

GEOPOLÍTICA DAS DROGAS

Alain Labrousse

— OBRA REVISTA E AMPLIADA PARA A EDIÇÃO BRASILEIRA —

Tradução

Mônica Seincman

Apresentação

Thiago Rodrigues

DESATINO

© Presses Universitaires de France (PUF), 2006
Título original em francês: *Géopolitique des drogues*

Direitos de publicação em língua portuguesa:

Editora Desatino Ltda.
Caixa Postal nº 31227
01309-970 São Paulo, SP
Fonefax: (11) 3502-3607
www.desatino.com.br
desatino@desatino.com.br

Coordenação geral e edição
João Felipe de Freitas Tavares
Edição executiva e revisão técnica
Thiago Rodrigues

Tradução
Mônica Seincman

Capa
Mário César

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Desatino Ltda.

Revisão
Ana Maria Barbosa

Impressão e acabamento
Gráfica Bandeirantes

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

.....
Labrousse, Alain

Geopolítica das drogas / Alain Labrousse ; tradução Mônica Seincman ; apresentação Thiago Rodrigues. -- São Paulo : Desatino, 2010.

Título original: *Géopolitique des drogues*

Bibliografia

ISBN 978-85-88467-15-6

1. Drogas - Luta contra - 1990 - 2. Drogas - Tráfico - 1990 - 3. Geopolítica das drogas

I. Rodrigues, Thiago. II. Título.

09-12728

CDD-363.45

.....
Índices para catálogo sistemático:

1. Geopolítica das drogas : Problemas sociais

363.45

Os artigos publicados neste livro não representam, obrigatoriamente,
a opinião dos editores.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou utilizada sob nenhuma forma ou finalidade, eletrônica ou mecanicamente, incluindo fotocópias, gravação ou escaneamento, sem a permissão escrita do editor, exceto em caso de reimpressão.

Sumário

APRESENTAÇÃO: Drogas e guerras <i>Por</i> Thiago Rodrigues	7
INTRODUÇÃO: Uma nova disciplina	15
I. Territórios e rotas das drogas, 15	
II. Uma disciplina em construção, 18	
CAPÍTULO 1: Origem e difusão das produções ilícitas no mundo	23
I – A coca na América Latina: das colônias espanholas ao império norte-americano, 25	
II – Os opiáceos no Sudeste da Ásia, 32	
III – A geopolítica internacional do Crescente Dourado, 40	
IV – Os derivados da <i>Cannabis</i> : produções completamente divididas no mundo, 47	
V – As drogas sintéticas: questões contrapostas, 53	
VI – Ganhos da droga e lavagem de dinheiro, 56	
CAPÍTULO 2: Máfias da droga e corrupção	59
I – As máfias <i>contra</i> o Estado, 61	
II – As máfias no Estado, 69	
III – As máfias parasitas do Estado, 72	
IV – As máfias auxiliares do Estado, 78	
V – As máfias sem Estado, 82	
CAPÍTULO 3: Drogas e conflitos	86
I – Proibição e Guerra Fria, 87	
II – Modelização do financiamento dos conflitos pela droga, 90	
III – Níveis de articulação entre drogas e conflitos, 95	
IV – Criminalização dos atores, 100	
V – Droga e terrorismo, 102	

CAPÍTULO 4: A relação das Farc-EP e dos talibã com as drogas ilícitas	108
I – Conflitos e produção de drogas, 109	
II – As origens das drogas na Colômbia e no Afeganistão, 111	
III – Práticas relacionadas às culturas ilícitas, 112	
IV – Discurso relacionado às culturas ilícitas, 116	
V – O desenvolvimento alternativo: do projeto à realização, 117	
VI – A engrenagem da implicação no tráfico, 121	
VII – Montante dos ganhos obtidos da droga pelas Farc-EP e pelos talibã, 124	
VIII – Há um modelo das relações entre grupos armados e droga?, 127	
CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>Guerra contra a droga</i> e perspectivas de reformas das legislações internacionais	130
I – A liderança dos EUA na <i>guerra contra a droga</i> , 130	
II – Os objetivos ocultos do Plano Colômbia, 132	
III – Perspectivas de uma reforma das políticas antidrogas, 134	
BIBLIOGRAFIA:	138

Apresentação

Drogas e guerras

Thiago Rodrigues*

O campo de estudos da geopolítica tem se transformado velozmente, no ritmo marcado pelas importantes mudanças pelas quais passaram os conflitos internacionais desde o final do século XX. Autores dedicados ao tema costumam indicar o término da Guerra Fria, na passagem da década de 1980 para a de 1990, como o momento de clivagem de uma era de conflitos para outra. Naquela época, acontecimentos como a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o final da União Soviética, em 1991, permitiram que teóricos liberais previssem a expansão da democracia liberal e do capitalismo por todo o planeta, tornando possível prever um futuro de paz e cooperação muito próximo do que o filósofo prussiano Immanuel Kant denominara, ainda no século XVIII, como a *paz perpétua*.

Em um ambiente no qual se esperava a superação permanente das guerras, a área da geopolítica parecia fadada à

* Thiago Rodrigues é doutor em Relações Internacionais pela PUC-SP, professor credenciado nos Programas de Pós-graduação em Ciência Política e Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol/PUC-SP) e no Núcleo de Estudos Estratégicos (UFF). Também atua como pesquisador no Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon/Ucam) e no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip). Sobre narcotráfico e conflitos internacionais publicou artigos, capítulos e os livros *Narcotráfico, uma guerra na guerra* (Desatino, 2003) e *Política e drogas nas Américas* (Educ/Fapesp, 2004).

obsolescência; afinal, com a *diplomacia* vencendo a *guerra*, os estudos estratégicos e geopolíticos seriam apenas capítulos cada vez mais remotos da história militar. No entanto, hoje é sobejamente sabido e comentado como a euforia liberal foi frustrada pouco depois de ser comemorada. A primeira metade da década de 1990 não foi a da realização do projeto kantiano, mas a do genocídio em Ruanda, das violências e *limpezas étnicas* das guerras civis na Iugoslávia, da eclosão de movimentos separatistas no Cáucaso, da persistência de guerras civis na África e na América Central, da continuidade dos terrorismos nacionalistas entre bascos e irlandeses e do despontar do chamado terrorismo fundamentalista islâmico. E entre os conflitos novos ou redimensionados, destacava-se um conjunto muito fluído e difícil de caracterizar, relacionado ao tráfico internacional de drogas ilícitas.

A conexão entre tráfico de drogas e conflitos não era propriamente uma novidade, e estava vinculada à construção do narcotráfico como um negócio transterritorial. O processo histórico pelo qual um conjunto de drogas psicoativas passou a ser controlado e depois proibido trouxe consigo não a realização da utopia proibicionista – o banimento completo de algumas drogas e dos hábitos associados a elas –, mas a produção de um grande mercado ilegal que, ao longo do século XX, cresceu em potência e violência. Impulsionada pelos EUA, mas aceita pela chamada *comunidade internacional*, a diplomacia do controle de drogas seguiu, desde os anos 1910, as premissas do proibicionismo repressivo, preparando o caminho para tratados que consagraram a fórmula da criminalização de usuários e traficantes, como a Convenção Única da ONU, de 1961, e suas reformas posteriores (como a Convenção de Viena, de 1988, atualizada em 2009).¹

¹ Cf. McALLISTER, William. *Drug diplomacy in the Twentieth Century*. Nova York: Routledge, 2000.

O crescimento do mercado ilícito de drogas, acompanhado de problemas políticos colocados pela experimentação de estados alterados de consciência (marcadamente, no período conhecido como *contracultura* no final dos anos 1960), consolidou para os Estados reunidos na ONU a percepção de que as drogas ilícitas seriam um problema, ao mesmo tempo, de ordem moral, sanitária, política e de segurança. Essa *segurança*, compreendida como a *segurança do Estado* (e dos valores, verdades e sistemas econômicos por ele defendidos), teria duas dimensões simultâneas: uma *interna*, de manutenção da ordem política, social e econômica dentro das fronteiras; outra *externa*, de garantia da sobrevivência do Estado como unidade política soberana no sistema internacional. A questão das drogas ilícitas alcançou esse patamar de *ameaça* à *segurança externa* no início dos anos 1970, na esteira das contestações à *ordem interna* relacionadas a elas, em finais da década de 1960. E o país-chave para compreender esse processo, mais uma vez, foram os Estados Unidos.

Em 1972, o governo do presidente Richard Nixon declarou as *drogas* como inimigas dos Estados Unidos por ameaçarem a *saúde* e a *ordem política* internas, e a *estabilidade política* de países e regiões do globo. Por isso, os EUA declararam *guerra às drogas* (*war on drugs*), alegando a necessidade de se protegerem das drogas supostamente produzidas apenas em longínquos países.²

² A premissa da *guerra às drogas* é a de que o mundo se divide entre *países produtores* e *países consumidores* de drogas proibidas. Nessa lógica, os países tidos como *consumidores* – entendidos como *vítimas* – teriam o direito de se *defender*. A divisão estanque entre *países produtores* e *países consumidores* nunca se verificou dessa forma, o que não impediu que se cristalizasse como um discurso que exteriorizava o problema, de modo a acionar uma prática de *defesa nacional*. Cf. PASSETTI, Edson. *Das "fumeries" ao narcotráfico*. São Paulo: Educ, 1991.

Assim, a partir da primeira metade dos anos 1970, os Estados Unidos passaram a defender a militarização do combate ao narcotráfico, apoiando diretamente a formação de grupos de elite *antidrogas* em forças armadas latino-americanas – como a mexicana, colombiana, peruana e boliviana – com a justificativa de combater a produção e o tráfico de psicoativos (num primeiro momento maconha e, depois, cocaína).

Nas décadas finais do século XX, os conflitos nas Américas passaram a ser identificados, pelos EUA e por governos da região, ao tráfico de drogas. Ainda na década de 1980, o conceito de *narcoterrorismo* surgiu para classificar a associação entre guerrilhas de esquerda e narcotráfico, percebidas pelos EUA como uma nova ameaça em tempos de arrefecimento da Guerra Fria. Assim, nos discursos diplomático-militares estadunidenses, peruanos e colombianos, grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso no Peru, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (Farc-EP), foram tomados como guerrilhas que teriam deixado de lado seus ideais revolucionários para se tornar meras organizações narcotraficantes. Essa tese sempre foi negada oficialmente pelas guerrilhas e, sob o embate de discursos, avançava – quente e feroz – uma guerra continuada.

Algo similar aconteceu em outras partes do globo, nas quais grupos armados lutando em guerras civis e processos de secessão, em novas organizações terroristas e em nome de novos ou já estabelecidos governos ditatoriais, passaram a se envolver com esse mercado extremamente rentável sustentado pelo proibicionismo. A presença do tráfico de drogas, assim, não foi estranha à resistência afegã aos soviéticos nos anos

1980, ao apoio clandestino dado aos guerrilheiros de direita na Nicarágua nessa mesma década, aos conflitos e golpes de Estado recorrentes na África subsaariana ou nas guerras civis nos Balcãs dos anos 1990 e 2000.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a *guerra contra o terror* lançada pelo governo George W. Bush (2001-2009) incorporou em uma mesma categoria – a de *grupo terrorista* – os mais diferentes agentes não estatais dedicados a causas políticas discrepantes do modelo democrático liberal e/ou atividades ilícitas. Nesse conjunto entraram desde a Al Qaeda de Osama Bin Laden até as Farc-EP. Então, o conceito de *narcoterrorismo* cunhado nos anos 1980 se ampliou de modo a incluir todos os grupos ilegais que supostamente financiassem suas atividades com recursos provenientes do tráfico de drogas.³

No continente americano, o novo conceito de narcoterrorismo tornou viável a ampliação da repressão militarizada adotada por muitos governos desde a década de 1980. O ápice desse movimento foi a celebração do Plano Colômbia, em 1999, centrado no combate fortemente militar ao tráfico de drogas no país. Fórmula que, apesar de não ter destruído a indústria narcotraficante colombiana, segue em prática e teve seus pressupostos redimensionados para o México, a partir de 2007, no plano intitulado Iniciativa Mérida.

No Brasil, a antiga e imprecisa imagem de *país de trânsito* para a cocaína destinada à Europa e EUA cedeu diante do aumento do consumo e produção de drogas ilícitas, da uti-

³ Cf. RODRIGUES, Thiago. “Narcoterrorismo e o *warfare state*”. In: PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Saete (Orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006. p. 149-161.

lização do sistema financeiro para lavagem de dinheiro e do incremento do número de grupos narcotraficantes. Facções, milícias, comandos e partidos do crime cresceram no espaço contínuo formado pelo sistema penitenciário e as favelas/periferias. Dentro das prisões, organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro, instituíram uma forma de governo que disciplinou a massa carcerária, transformando-a em obedientes soldados/funcionários. Operando como empresas, esses grupos agenciam não apenas o tráfico de drogas, mas também outras ilegalidades, em contato próximo com policiais, autoridades públicas, juízes, advogados. Nas favelas e morros que dominam, tais grupos continuam com as práticas de governo, em conexão com os parceiros presos e em constantes negociações/tensão com a polícia, associações de moradores, ONGs e Estado. Atuando nos fluxos da economia globalizada, comandos como o PCC ampliaram suas ações para fora das fronteiras brasileiras. E, diante da resposta repressiva do Estado, a guerra nas grandes cidades brasileiras segue presente e cotidiana. Assim como a guerra permanece presente em todo o globo.

Desse modo, se os conflitos permanecem, os estudos geopolíticos seguiriam válidos como possibilidade de leitura das relações internacionais. Parece ser essa a perspectiva apresentada por Alain Labrousse neste livro *Geopolítica das drogas*. Ao indicar, com profusão de dados e informações históricas, as relações entre conflitos e drogas no mundo, Labrousse chama a atenção para esse campo de embates que atravessa as relações internacionais. No entanto, o sociólogo

francês sabe que não é possível encarar a geopolítica das drogas ilícitas da mesma forma com que os estudiosos clássicos da geopolítica abordavam seus problemas. Em primeiro lugar, porque não se trata de Estados em disputa violenta buscando melhor posicionamento geoestratégico. *A guerra às drogas* envolve Estados e grupos não estatais que circulam pelo planeta, mas que também se fixam em favelas, becos, morros, selvas. Nessa guerra, há soldados de colarinho-branco e computadores e, também, soldados de chinelos e metralhadoras. Nela, há combatentes em uniformes camuflados dos exércitos e também nos de forças policiais de elite que são militarizadas em treinamento, postura e objetivo: tropas treinadas para procurar, localizar, eliminar o inimigo.

Em segundo lugar, a guerra em torno das drogas ilegais não é apenas *uma* guerra. Ela acontece em diversos planos sobrepostos e simultâneos. Está no tiroteio do morro e na fronteira do México com os Estados Unidos; nas selvas sul-americanas e nas montanhas do Kosovo; nas ruas de Madri e nos campos de papoula afegãos. Labrousse, ciente dessa multiplicidade, apresenta um panorama que leva o leitor a viajar por regiões distantes e por outras perigosamente próximas. Todas estão articuladas em algum grau por essa guerra infundável, acionada todos os dias pela proibição, que sustenta um vigoroso mercado ilícito. Guerra que conecta interesses políticos, econômicos e geopolíticos.

Ao acompanhar a exposição que Labrousse faz dos conflitos relacionados ao tráfico de drogas, o leitor deve ter em mente que essa guerra acontece aqui também, e não só em Mianmar, Uzbequistão ou Nigéria. Em outras palavras, a geopolítica das drogas não funciona sem a micropolítica da guerra cotidiana

que se deflagra ao nosso lado. Não há geopolítica das drogas sem interesses da indústria bélica e bancos, sem estratégias de política externa, sem diplomacia e acordos internacionais, sem o proibicionismo que em nome da saúde de todos procura exterminar hábitos milenares, sem políticas de segurança pública que visam controlar, conter e, no limite, eliminar minorias étnicas e maiorias miseráveis. Assim, para atravessar o livro de Labrousse é preciso ter presente a *guerra*; não apenas a guerra grandiosa dos teóricos militares, mas também as guerras ínfimas das violências cotidianas vinculadas ao narcotráfico. Desse modo, *uma* geopolítica das drogas é possível, e o livro pode ser lido em meio às batalhas.